

ESPAÇO DE CONVERSAS*, ** SOBRE O DIVÓRCIO: A DIFERENÇA DE POSICIONAMENTO COMO RECURSO PARA TRANSFORMAÇÃO

A SPACE FOR CONVERSATIONS ABOUT DIVORCE: POSITIONING DIFFERENCE AS A RESOURCE FOR TRANSFORMATION

ROSANA LAZARO RAPIZO

Psicóloga, Mestre em Psicologia Clínica PUC-RJ, Doutora em Psicologia Social UERJ, Membro do Conselho Gestor do Instituto Noos, Rio de Janeiro.

LEILA MARIA TORRACA DE BRITO

Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ.

RESUMO: O artigo refere-se à pesquisa que teve como objetivo principal investigar a possibilidade de usar método inspirado pelo construcionismo social no trabalho com um grupo de mães, pais e filhos adolescentes que passaram pelo divórcio em suas famílias. O trabalho com o grupo, realizado com este fim, baseou-se em metodologias e procedimentos utilizados em contextos de facilitação sistêmica e construção de diálogos. O foco da investigação foi compreender se e como, a diferença entre o posicionamento dos participantes do grupo nas relações que se estabelecem após a separação pode ser, ao invés de obstáculo, um recurso para a transformação de discursos e relações. A metodologia utilizada para análise do corpus foi a poética social. O diálogo entre as três posições mostrou-se um potencial fator de redução de conflitos, tornando-se um recurso de transformação discursiva de questões decorrentes da separação conjugal e das relações familiares conectadas a ela.

ABSTRACT: This article refers to a research which had as a main objective investigate the possibility of using a method inspired by social constructionism in the work with a group of mothers, fathers and adolescents who have gone through a divorce in their families. The practice of the group we used various methods that are employed in the systemic facilitation and construction of contexts for dialogues. The investigation focused in understanding if, and how, the difference in the positioning of the group participants in the relationships that occur after separation can be, instead of an obstacle, a resource to the transformation of discourses and relationships. The method used in the analysis of the corpus was the social poetics. The dialogue between the three positions was considered a potential reduction factor of conflict, becoming a resource for discursive transformation of issues related to marital separation, as well as to the families relationships connected to it.

KEYWORDS: social constructionism, groups, divorce

Recebido em: 12/08/2014
Aprovado em: 02/10/2014

PALAVRAS-CHAVE: construcionismo social, grupos, divórcio

* Este artigo é baseado na pesquisa realizada como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutor em Psicologia Social na UERJ da primeira autora sob a orientação da segunda autora.

** As autoras agradecem à CAPES, pelos recursos que possibilitaram a realização da pesquisa referida no artigo.

*** A palavra “posicionamento” é aqui empregada no sentido dado a ela por Harré (Davies; Harré, 1990; Harré; Van Langenhoven, 1999), que será desenvolvido mais adiante nesse trabalho.

INTRODUÇÃO

Este artigo relata e busca refletir sobre uma pesquisa que teve como objetivo principal investigar a possibilidade de usar método inspirado pelo construcionismo social para o trabalho com grupo de mães, pais e filhos que passaram pelo divórcio em suas famílias. Com esta proposta focalizamos em compreender se, e como, a diferença entre o posicionamento*** dessas pessoas nas relações que se estabelecem após a separação pode ser, ao invés de obstáculo, um recurso para a reflexão e para a transformação de discursos e relações na direção de uma convivência menos conflituosa. Dito de outra forma, a investigação procurou avaliar o grupo como um dispositivo para a redução de conflitos e destrutividade nas situações de divórcio, focalizando os diferentes posicionamentos como recurso para a reflexão e mudança. O

diálogo entre as três posições, ou seja, mãe, pai e filho, foi pensado, potencialmente, como um fator de redução de conflitos destrutivos e crônicos. As diferenças entre as pessoas e seus posicionamentos poderiam passar a ser, no grupo, ao invés de um impasse, como acontecia em suas vidas, um caminho para a construção da multiplicidade.

O trabalho com o grupo, realizado na pesquisa, inspirou-se em vários procedimentos utilizados na construção de contextos para diálogos tanto no campo da psicologia clínica como social, e mesmo fora da psicologia. Um item básico nesta forma de facilitar as conversas no grupo é a organização de conversas e reflexões ou “conversas sobre conversas” (Andersen, 1996). Buscamos, assim, o que é diferente e não apenas o homogêneo. Em outras palavras, procuramos realizar uma investigação sobre as condições de possibilidade para a produção de novos sentidos (Spink, 2004a). Atendendo ao foco que elegemos para o grupo, a proposta foi pensar se o próprio método poderia ter especificidades que estimulasse conversas e interações que focalizassem a diferença de posicionamentos. E ainda, se as transformações porventura ocorridas a partir dessas interações seriam úteis como recurso para a reflexão e para a transformação nas relações das pessoas fora do contexto grupal. O grupo foi realizado em dez encontros com mães, pais e filhos jovens, entre 18 e 25 anos, que passaram pela experiência de divórcio em suas famílias*. O diálogo entre pesquisador e corpus, gerado nas conversas do grupo, se deu através da poética social, metodologia proposta por Shotter e Katz (1996).

Acreditamos que a vivência em grupo, coerente com as propostas construcionistas (Guanaes, 2006; Gergen & Gergen, 2010), facilite o contato com narrativas mais ligadas à potência, à solidariedade, ao acolhimento, ao companheirismo e menos relaciona-

das à patologia e ao fracasso. Seguindo esse caminho, as situações de separação conjugal nas famílias trariam a possibilidade de explorar, além da produção e das negociações de sentidos relativos ao tema e seus desdobramentos em um grupo, os diferentes posicionamentos dos participantes como uma ferramenta.

Quando acontece a separação do casal, os membros do núcleo familiar envolvidos podem perder referências, redes, estruturas de apoio, posicionamentos sociais habituais etc. Todas essas formas de pertinência fazem parte da construção da identidade, do sentido de “quem somos” no mundo. A reorganização da família pós-divórcio é um processo que desalinha e embalha a convivência habitual entre homens, mulheres, pais e filhos.

As perguntas que nos instigaram neste trabalho foram: que contextos poderiam facilitar - para as pessoas que passam por situações de divórcio - a escuta, o diálogo e a reflexão sobre os desdobramentos de sua situação e sobre escolhas que poderiam fazer daí para frente? Em que espaços essa prática poderia ocorrer de forma mais preventiva do que resolutiva?

A forma como a vida social nos grandes centros está organizada raramente promove o amparo e a facilitação necessários para conversas sobre determinadas situações como as separações conjugais. Vivemos em uma sociedade que valoriza os discursos sobre a felicidade individual (Lipovetsky, 2006) e nos incentiva a superar problemas e dores o mais rápido possível. Isso faz com que conversas sobre luto, dores e momentos de tristeza sejam pouco comuns e tenham menos possibilidade de acontecer pública e espontaneamente. Além disso, quando se consegue conversar sobre divórcio, muitas vezes a referência básica da discussão é a relação amorosa. Aspectos referentes

* Os pais, mães e filhos que compunham os grupos não faziam parte da mesma família. Cada um deles era proveniente de uma organização familiar e, portanto, traziam histórias diferentes.

à reformulação do cotidiano, dúvidas, dilemas que surgem e o desconhecimento da nova situação não encontram muito espaço para serem discutidos e elaborados. Assim, o desenvolvimento de novas formas de parentalidade, diversas formas de convivência entre ex-parceiros, novas inserções sociais ou preconceitos, temas referentes a desdobramentos do divórcio, ficam invisíveis e, em geral, são pouco abordados quando um casal decide se separar.

Desta forma, os recursos para lidar com as separações e seus desdobramentos têm estado restritos às terapias e à Justiça. Cada uma delas com suas práticas, discursos e ritos específicos sobre como lidar com as dificuldades surgidas nos novos caminhos da convivência familiar. As terapias, tradicionalmente ligadas às linguagens do déficit (Gergen, 2010), inserem as conversas em parâmetros referidos a problemas ou diagnósticos. Assim, ao buscar uma terapia, uma família ou uma pessoa muitas vezes já assume que o que está acontecendo com ela não deveria estar ocorrendo.

No âmbito do Judiciário convivemos atualmente com discursos sobrepostos e, às vezes, conflitantes sobre direitos individuais, direitos da criança, etc. que tentam traduzir a afetividade e a convivência em leis ou resoluções. As indenizações pela dor e pelas perdas, concretas ou simbólicas, que ocorrem por ocasião do divórcio, são transformadas em disputas jurídicas, ou em um cotidiano conflituoso onde o que mais se busca é a culpabilização de um e a vitimização do outro. O rompimento do laço conjugal pode trazer sentimentos de fracasso, vergonha, abandono, dificuldades materiais e de organização concreta da vida. São cenários turbulentos em que a reflexão e o diálogo são facilmente substituídos por atribuição de culpa e tentativas de

ações que, ilusoriamente, que, ilusoriamente, tentam compensar perdas, ou revidar sentimentos de injustiça. Nesses casos, o litígio pode se transformar em um tipo de vínculo ou em uma forma de manutenção do vínculo, como sustenta Vainer (1999).

A inexistência de espaços sociais específicos, que possam acolher a escuta e o debate sobre divórcios e seus desdobramentos, cria e sustenta uma cultura que entende tais situações como necessariamente problemáticas e conflituosas. Ainda vivemos socialmente com um conjunto de ideias em que o divórcio é o desvio da rota esperada. O caminho não desejado. Não se pode perder de vista que as situações em questão trazem bastante sofrimento, e que, muitas vezes, o que é bom e desejável para uma pessoa é oposto ao que seria para outra, de acordo com o ponto de vista de cada um. Em situações em que antagonismos aparecem, há muita dificuldade de encontrar caminhos em que todos possam se sentir beneficiados com os acordos resultantes.

Alguns recursos, entretanto, têm sido criados ou adaptados de outros contextos em diversas tentativas de lidar com os conflitos presentes nos processos de separação e divórcio. As terapias individual, de família, de casal e de divórcio são alguns destes dispositivos procurados no sentido de resolver problemas relacionados à decisão ou à vivência da separação. Também têm se popularizado as práticas da mediação e resolução alternativa de conflitos, ganhando interesse, principalmente, do contexto judicial (Almeida, 1997; Brandão, 2004).

Em termos de intervenção com as famílias que vivem uma separação alguns países têm desenvolvido programas de cunho basicamente psicoeducativo. Tais procedimentos vêm

ganhando espaço no mundo ocidental, mas ainda são menos frequentes no Brasil (Souza, 2000). A maior parte desses programas* é constituída por grupos com objetivo principal de orientar, informar e dar suporte à transição da família pelo divórcio e evitar litígios. Também fazem parte dos programas a produção de material online e impresso sobre as principais questões da separação e grupos para crianças em escolas. Alguns governos, como o do Canadá, dispõem de programas ligados à Justiça com diversos recursos didáticos para pais e filhos, impressos ou disponíveis pela internet**. Em Portugal, Lamela, Castro e Figueiredo(2010) avaliaram a eficácia do programa “Pais por inteiro”, para homens separados com filhos, desenvolvido na Universidade do Minho. Os grupos realizados naquele programa têm objetivos tanto psicoeducativos como psicoterapêuticos. Os autores chegaram a conclusões semelhantes a outros estudos como, por exemplo, que a eficácia está na possibilidade de partilha de experiências, treinamento de competências e habilidades em relação à coparentalidade e gestão de conflitos e, por último, no acesso à informação das etapas e consequências do divórcio.

Em pesquisa nos Estados Unidos sobre o impacto e o ajustamento das crianças ao divórcio, Kelly e Emery (2003) concluem que as intervenções que possuem o melhor potencial para beneficiar os filhos são aquelas que podem promover uma coparentalidade mais eficaz, menor índice de conflitos e maior convivência entre as crianças e seus dois genitores. Destacam os programas que incluem grupos e que enfatizam aspectos sistêmicos e colaborativos para as famílias.

No Brasil, como noticiado***, recentemente foi proposto um programa de oficinas para pais que estão disputando judicialmente a guarda dos filhos, ou buscando a regulamentação da visitação, e outro programa para os filhos dos litigantes. Inicialmente concebido no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), com o apoio e acompanhamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a ideia é tornar nacional o projeto “Oficina de Pais e Filhos”****. Essas oficinas surgem “como instrumento para os profissionais que atuam na área ajudarem os casais e seus filhos envolvidos em divórcios a solucionar o conflito psicoemocional e não somente o conflito judicial” (IBDFAM, 2013). Como recurso para os profissionais e participantes das oficinas foram produzidas duas cartilhas: uma para pais e outra para filhos. Esse material visa “auxiliar os pais e os filhos (adolescentes e crianças) a enfrentar as consequências do divórcio, reduzindo traumas decorrentes das mudanças das relações familiares” (IBDFAM, 2013).

GRUPOS: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

As ideias sobre o que é um grupo e a prática com e em grupos circulam e interagem nos diversos campos profissionais onde esse tipo de trabalho está presente.

Segundo Barros (2007), o grupo foi durante muito tempo, e ainda é, considerado um intermediário entre a sociedade e o indivíduo. No dualismo entre o indivíduo e a sociedade, característico da modernidade, um discurso possível sobre o grupo o concebia como uma das possíveis “soluções para o impasse” entre esses dois polos (Bar-

* <http://www.bcfrit.org/servprog.shtml>; <http://www.childreinsitute.net/programs/codip>; <http://www.justice.gc.ca/eng/pi/fcy-fea/div/index.html>

** <http://www.justice.gc.ca/eng/pi/fcy-fea/div/index.html>

*** http://www.ibdfam.org.br/noticias/na-midia/7669#.UqSl_SIAus

**** <http://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/100434544/oficina-de-pais-e-filhos-projeto-pioneiro-no-pais-e-inaugurado-em-sao-paulo>

ros, 2007, p. 83). Porém, em muitos momentos, o grupo se torna palco dos conflitos entre o indivíduo e o coletivo, ou entre os desejos do indivíduo e a “mentalidade do grupo” (Bion, 1970). Outra ideia fundamental para a teoria e prática com grupos é a de que o “todo é maior que suas partes e que os atributos do todo não podem ser entendidos a partir do estudo das partes isoladamente” (Osorio, 2000; Lewin, 1965). Essa afirmação é até hoje central na definição do que se entende por grupo para diversos autores (Fernandez, 1989; Saidon, 1983). Está presente na ideia de que um grupo não é apenas um ajuntamento de pessoas, mas uma totalidade em si (Barros, 2007).

Não se trata aqui de definir “o que é um grupo”, mas de reconhecer a existência de algumas ideias matrizes do campo, como forma de não naturalizá-las, e acompanhar suas mudanças e permanências nos discursos presentes na prática atual. Guanaes (2006, p.82) alerta para as descrições das práticas de grupo serem feitas mais “em função de seus aspectos universais do que da especificidade promovida pela variedade de relacionamentos e trocas conversacionais que nela ocorrem”. Da mesma forma, Rasera e Rocha (2010) encontraram em pesquisa que, mesmo quando o trabalho é realizado com grupos, as tradições individualistas ainda são dominantes nas práticas em saúde. Segundo Japur (2004, p.151), as críticas ao trabalho com grupos apontam que apesar das inúmeras diferenças entre modelos, eles ainda compartilham o ideário individualista, “reproduzindo em sua concepção o mesmo padrão de totalidade unitária e indivisa que constituiu as categorias de indivíduo e sociedade”. Ao longo do tempo, a continuação do trabalho trouxe novas matrizes para a conversa sobre grupos. As reflexões constru-

cionistas alimentam, em vários campos das práticas com grupos, novos movimentos.

O grupo deixa de ser entendido como uma essência para se referir a um campo de práticas utilizadas para gerar determinadas condições de produção de sentido. Segundo Rasera e Japur (2007) e Guanaes (2006), o grupo pode ser considerado uma prática discursiva o que significa “entendê-lo como uma forma de criar realidades relacionais” (Rasera & Japur, 2007, p.93).

Coerente com a ideia do grupo como prática discursiva, podemos entendê-lo também como espaço dialógico e conversacional. Segundo Anderson (2007), a criação de um espaço dialógico refere-se a abrir espaço para, tanto no grupo como para cada participante, entreter múltiplas ideias, crenças e opiniões. Não há a necessidade de atingir o consenso, mas de conviver com a multiplicidade. Os diálogos são considerados cenários facilitadores de transformações sociais. Porém, diálogos não são fluidos e harmônicos, mas repletos de dilemas, tensões, bifurcações. Mais do que entendimento, lidamos com acordos de coordenação mútua construídos em settings prático-morais. Mais do que o consenso, o contexto dialógico busca encontrar caminhos que sustentem a multiplicidade, ou que criem futuros possíveis para se viver juntos (McNamee; Shotter, 2004; Shotter, 1993).

Outra definição presente em práticas alinhadas com os aportes construcionistas é a do grupo como contexto colaborativo. Reconhecida, as abordagens colaborativas estão baseadas nas concepções dialógicas (Bakhtin, 1986) e conversacionais (Shotter, 1993) presentes em algumas versões do construcionismo social (Anderson, 2007). A colaboração é uma atitude, ou posicionamento, que

reconhece que criamos conjuntamente nossa forma de viver, em atividades responsivas e dialógicas. Segundo Fuks (inédito, p.9), quando falamos de colaboração ou cooperação,

[...] das possíveis definições existentes, fazemos referência a ela como um estilo de vida, uma forma deliberada de relacionarmos-nos com outros, flexível e responsável, longe de ser uma técnica ou um conjunto de manobras instrumentais, se trata de um re-posicionamento existencial que implica em escolha, que demanda tempo, energia, dedicação, persistência conformando uma maneira de conduzirmo-nos na vida, uma mudança de visão de mundo.

O ESPAÇO DE CONVERSAS SOBRE DIVÓRCIO*

O grupo realizado para a pesquisa foi composto por oito mulheres e sete homens que passaram, ou estavam passando, por uma separação e/ou divórcio, com filhos desta união e por três jovens, um rapaz e duas moças, entre 18 e 25 anos cujos pais haviam se separado. Os participantes chegaram ao grupo por meio de divulgação na rede pessoal e profissional das facilitadoras e tiveram uma primeira entrevista individual, quando buscávamos algumas informações sobre a pessoa interessada, além de fornecer esclarecimento a respeito da proposta do trabalho. O grupo reuniu pessoas pertencentes a camadas médias da população e, à exceção de um participante, moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro. O grupo teve 10 encontros, realizados uma vez por semana, cada um com duração de uma hora e 30 minutos. Os encontros foram conduzidos por três facilitadoras, todas psicólogas, que utilizaram dinâmicas entendidas como propostas de formatos diferentes de

conversas. Tais dinâmicas tinham por objetivo promover conversas entre os participantes, de forma que as diferenças de posição deles em suas famílias e a curiosidade de uns sobre outros fossem exploradas.

Cada encontro foi gravado em áudio e teve um registro escrito correspondente às conversas onde todos os participantes estavam juntos. As conversas em que os participantes, aceitando propostas da equipe de facilitadoras, estavam em duplas ou subgrupos não foram registradas.

Optamos, como por ocasião de outros trabalhos com grupos (Rapizo *et al.*, 1998; Rapizo *et al.*, 2001; Rapizo *et al.*, 2009), por não chamar nem descrever este trabalho como terapia. Tradicionalmente, a palavra terapia carrega uma série de sentidos que evidenciam sua conexão com a área de saúde e o modelo médico, como, por exemplo, diagnóstico e tratamento de problemas. Isso deriva em determinada posição do terapeuta como um expert, que tem um saber sobre como ajudar o seu cliente. Alguns autores da área da terapia de família, especialmente desde o final dos anos 1980, afinados com a perspectiva construcionista, questionam o uso da palavra “terapia” de uma forma geral. Indagam se não seria mais coerente simplesmente parar de usar tal palavra para definir o trabalho que fazem. O contexto terapêutico estaria mais afinado com a produção de sentidos através do diálogo do que com a ideia de um tratamento para alguma doença (Anderson, 2007; Anderson; Goolishian, 1988; Andersen, 1996; White; Epston, 1990). Esse questionamento aponta para o cuidado necessário ao usar palavras carregadas de tradição, com sentidos gerados em contextos com valores diferentes daqueles que as perspectivas construcionistas pro-

* Agradecimentos especiais a Maria Beatriz Costamilan e Nadia Moritz que formaram parte da equipe de facilitação do grupo, juntamente com a primeira autora, e a Isadora Ramos que realizou o registro escrito dos encontros do grupo.

põem para o trabalho clínico e social. Como afirma Tom Andersen (2004, p. 19) a “linguagem não é inocente”. Para os autores que fazem esse questionamento, as terapias, em geral, estão ligadas à ideia de déficit (Gergen; McNamee, 1998; Gergen; Gergen, 2010). Ou seja, os diagnósticos, terapias e afins são parte de discursos que se referem a dificuldades como deficiências e patologias (Gergen, 2010). Além disso, várias formas conhecidas de terapia se identificam com uma maneira de conceber o indivíduo, no ocidente, que também passa a ser questionada.

O campo de atuação inspirado no construcionismo social se expande para as práticas grupais de forma geral, com organizações, com equipes, com comunidades, etc. Todos esses trabalhos têm em comum a ideia de promover conversas transformativas ou de promover a construção de novos sentidos através do diálogo. Nossa opção, portanto, foi a de usar “espaço de conversas” para definir o trabalho. Com isso, não pretendíamos negar que um dos objetivos fosse a mudança, mas pretendíamos nos distanciar dos discursos que descrevem tanto o divórcio como o grupo a partir de problemas ou deficiências.

O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO: A POÉTICA SOCIAL

A poética social como método de investigação (Shotter & Katz, 1996) pretende valorizar, especialmente, o aspecto relacional, o contexto microsocial onde ocorre a interação e a produção de sentidos. “O interesse dessa forma de investigação reside no espaço do entre no espaço relacional” (Guanaes, 2006, p. 96, grifo da autora), inserindo-se como uma prática que focaliza o discurso e a produção discursiva. Além do foco no microsocial,

ela também dialoga com o contexto macrosocial “à medida que considera as pessoas como parte de um mesmo e único fluxo conversacional, que as coloca em contato com inúmeras vozes, discursos sociais e gêneros de fala” (Guanaes, 2006, p. 96, grifo da autora). A pergunta para o pesquisador é, como, a partir do que toca cada um, em sua experiência, ele pode refletir e construir novos caminhos para a continuação da conversa. O interesse está em ver conexões. Shotter e Katz (1996) afirmam que a poética social não busca o que está oculto a nossos olhos, mas aquilo que está diante deles e que, no fluxo de conversação, torna-se invisível. Novas conexões dão visibilidade que já está diante de nossos olhos. Assim, enfatizam-se os momentos marcantes, eventos singulares, diferenças entre um momento e outro, novas relações emergentes do diálogo. Tornando visíveis e disponíveis os recursos e fazendo novas conexões, projetamos novas formas de vida.

A poética social chama a atenção para os fatos da linguagem através de similaridades e diferenças. Aqui, podemos dizer que ela também implica em uma desconstrução ou desfamiliarização (Spink, 2004a) de discursos mais dominantes em relação ao tema que é tratado, de jogos de linguagem em uso em contextos sociais mais amplos que se revelam nas regularidades do discurso, apontando para linguagens sociais (Bakhtin, 1986). Usando a poética social como método de investigação, o foco é o processo conversacional, portanto, não se destina a revelar aspectos essenciais e universais, mas “busca pela diversidade que a caracteriza como prática conversacional e relacional” (Guanaes e Japur, 2008, p. 119). Não procura padrões de relacionamento entre pessoas ou a descrição da dinâmica do grupo.

PROCESSO CONVERSACIONAL: MOMENTOS MARCANTES, CONEXÕES

A partir do uso da poética social construiu-se um diálogo com o *corpus* das conversações realizadas no grupo. Assim, surgiram algumas categorias como forma de agrupamento das falas. Tais categorias não foram escolhidas a priori, mas surgiram na interação do pesquisador com o material das conversas. Na definição desses agrupamentos estavam envolvidos os objetivos iniciais da pesquisa, os processos das conversações em si e as surpresas e momentos marcantes que levaram a novas conexões, valorizando o original e o inusitado no fluxo da conversa. A ideia foi privilegiar a forma como as ideias se relacionavam entre si, como as pessoas construíam em uma ação conjunta determinadas realidades conversacionais. Em outras palavras, investigar como se dá o processo de produção de sentidos. E, nesse rumo, como diz Shotter (2012), o trabalho com a poética social é mais de articulação entre discursos do que de análise. Um trabalho de ver conexões (Shotter, 2005; Shotter & Katz, 1996). Para este artigo selecionamos algumas categorias de análise que emergiram na pesquisa aqui retratada.

A DANÇA DOS POSICIONAMENTOS

O tema do grupo – divórcio – já posicionava as pessoas de determinada maneira que trazia à tona um repertório particular de conceitos, pré-conceitos e formas de ver a vida e as relações marcadas não só pelas biografias singulares de cada um, mas pelos discursos sociais sobre o tema ou por linguagens sociais (Spink, 2004b). A participação de cada um no grupo implicava, de certa forma, aceitar esse

tipo de posicionamento e seu repertório como relevantes para sua história, ou para aquele momento. Porém, também ocorreram interações em que outras posições subjetivas eram explicitadas, sugeridas e até mesmo negociadas.

No início do grupo, as apresentações dos participantes incluíam que posição cada um ocupava em sua família, sendo que, algumas pessoas, agregavam posições ocupadas em suas famílias de origem, em momentos diferentes de suas histórias, o que trouxe uma complexidade a mais para essa dança dos posicionamentos.

Cristina*: Eu sou filha de pais separados. Isso é bem importante. Eu jogo nos dois, entendeu?

No segundo encontro, observamos como essa situação é complexa quando a posição de filha de pais separados de Cristina, além da de mãe, se destaca em sua reflexão:

Cristina: Eu tenho uma coisa que me chamou a atenção na conversa. E eu falo também na condição de filha de pais separados, da pior categoria... Essa questão de, como é desequilibrado alguém que só fica com o pai ou só fica com a mãe. Eu fico um pouco pasma. Primeiro porque eu acho uma sobrecarga pra quem fica com a criança, é um dar, é trabalhoso, não só o dia a dia, mas emocionalmente demandante e como a criança é penalizada pela ausência do outro. Sei que isso vai muito contra. E é muito difícil desapegar... Eu sei na condição de mãe, mas...

E, continuando a sua fala, também se refere à posição do próprio pai:

Cristina: Falo na condição de filha. Meu pai era médico. Não tinha nem esquema de 15 em 15, entendeu? Era um

Espaço de conversas sobre o divórcio: a diferença de posicionamento como recurso para transformação

39

Rosana Lazaro Rapizo
Leila Maria Torraca de Brito

* Os nomes dos participantes são fictícios.

almoço ou jantar... Eu acho incrível! Incrível um homem abrir mão disso...

Desta forma, Cristina com sua fala evidencia as possibilidades de uma só pessoa poder ver uma situação de várias maneiras diferentes, em diversos momentos da vida, e como estas se relacionam. Como apontam Rasera, Guanaes e Japur (2004):

A partir dela [Teoria do Posicionamento], se concebe que as pessoas estão ativamente se posicionando nas práticas discursivas de que participam e assim construindo conjuntamente seu senso de self. Aqui a diversidade do que é ser uma pessoa pode ser melhor evidenciada uma vez que as pessoas podem ocupar diversas posições de acordo com os jogos de posicionamento em curso, que irão variar em função do contexto, do tipo de relacionamento e das pessoas envolvidas (p. 162).

Em outro momento, Diego traz como a experiência no grupo o ajuda a se reposicionar em sua vida:

Diego: E ajudou muito na segunda-feira que eu vim aqui, tirei minhas conclusões. Não tive ideia de nada, mas acordei na quinta feira e disse: cara, não é isso que eu quero pra minha vida. Eu quero que ela seja feliz e eu também. E assim não tá dando pra eu ser feliz, então acho que ela prá lá e eu pra cá. E cada um curtindo a sua vida. No meu ponto de adolescente.

Esse rapaz aproveita as conversas não como filho de pais separados, mas como parceiro em uma relação amorosa, embora se declarando adolescente. Além disso, imagina um futuro em que possa usar o aprendizado a partir das conversas do grupo em diversos contextos e ocupando diversas posições subjetivas. Inclui outros reais e imaginados em seu diálogo consigo mesmo

(Sampson, 1993). Ele reflete, tentando se imaginar na posição de pai.

Diego: Nunca vivi isso e não sei como eu vou lidar. Eu posso acabar falando mal pro meu filho das coisas da minha ex-mulher... Não sei como vai ser a vida, mas vou fazer o possível pra controlar essas...

As histórias e seu entrelaçamento com as posições subjetivas de cada um não são lineares e coesas, formando muitas vezes um tecido fragmentado e contraditório. Ao experimentar vários posicionamentos possíveis, contando pedaços de sua história, ouvindo a história de outros, cada pessoa entra em contato com os significados culturais, sociais e políticos que estão agregados a essas posições e com possíveis contradições entre elas.

REVERBERAÇÕES DAS CONVERSAS NO GRUPO EM OUTRAS CONVERSAS

Em vários momentos, as conversas no grupo eram citadas como inspirando, influenciando e auxiliando outras fora do grupo. Durante os encontros, alguns participantes trouxeram impasses que estavam vivendo nas relações pós-separações. Esses impasses eram expressos pela dificuldade de conversar, tomar decisões ou se sentir desqualificado pelo outro. No processo do grupo, algumas histórias se destacaram por sua evolução e os participantes as apontavam como novidades que precisavam ser contadas para todos, já que, em parte, estas tinham relação com as conversas do grupo. No quinto encontro, Rodrigo conta ter feito um movimento diferente em relação a seu filho, a partir da última conversa do grupo.

Rodrigo: Para mim foi bem legal... Achei interessante ter contato com as

questões das outras pessoas. O fato de ser anônimo¹¹, ou razoavelmente anônimo, acho que facilitou assim pra algumas pessoas. Tanto pra pessoa que estava colocando a questão, como pra gente que ficou mais á vontade pra comentar as coisas. E, no meu processo foi legal. Eu abri um espaço com meu filho. Saí daqui e mandei um e-mail para ele e funcionou, ele teve uma reação positiva e ficou tudo bem. Eu queria agradecer as pessoas que se pronunciaram e eu fiquei com a impressão que, assim como me ajudou, o processo foi um ganho.

Pensando em uma visão performativa da linguagem, o diálogo e a ação são entrelaçados. Como diz Shotter (1993), não só mudamos nossas ideias, mas nos movemos de forma diferente.

Cristina, no oitavo encontro, relata que tem repensado sua postura diante do ex-marido e conversado com ele de forma diferente.

Cristina: Tenho tido conversas com meu ex-marido, em outro nível, sem bate boca. É um outro momento. Comecei a pensar, caraca, não é possível que não possa estabelecer uma outra relação, né? Não posso ficar com raiva pra sempre, depender pra sempre, ficar escutando aquilo pra sempre, e aquilo vai fazer efeito em mim pra sempre. De repente comecei a acordar. Começar a olhar, deixar ele falar, porque falo muito, até porque não quero ouvir. E ele tem mil discursos, mil explicações. E aí eu acho que vale a pena ouvir. Só isso.

Notamos que Cristina em suas “conversas internas” (Andersen, 1996), a partir das conversas no grupo, se implica no resultado da relação com seu ex-marido. Interessante que em nenhum momento se coloca a questão, para ela, da forma como ele conversa, mas sim a maneira como ela participa das con-

versas. Recusa uma posição passiva e vitimada na relação e acredita que pode mudar ao sair de um lugar estagnado, de não ouvir o outro. Algo nas conversas do grupo fez com que Cristina começasse a “acordar”, a tornar visível algo que no fluxo das conversas com seu ex-marido e com ela mesma permanecia invisível até aquele momento.

PERDAS E GANHOS: UM OLHAR APRECIATIVO

No segundo encontro, Angela, em sua fala, abre um caminho que será explorado de diversas formas pelo grupo e pela equipe. Ela passou por experiências difíceis na separação, inclusive com a perda da guarda dos dois filhos, motivo pelo qual ainda mantém disputas judiciais após cinco anos de separação. Em uma de suas primeiras falas no grupo, o que chama sua atenção é que há divórcios menos difíceis. É uma diferença em relação à sua história com a qual ela se surpreende:

Angela: O que eu observei, na verdade, foi de outras experiências que eram menos negativas que a minha, algumas positivas, onde a definição de espaços existe. Isso foi uma coisa que eu sempre briguei por isso, mas eu vejo, pude ver hoje que existe essa possibilidade. Em que o filho tem o espaço dele, o ex também. Porque a gente discutiu: o processo de separação é muito complicado! Todas as emoções estão afloradas. As das mulheres, as dos homens e as dos filhos também. Então, ter que, poder compartilhar a vida apesar do processo de separação, onde o pai pode estar presente, a mãe pode estar presente. O filho ter o espaço dele de vida. Eu acho que isso é muito legal!

Mariana, que de maneira semelhante, ainda vive um processo de divór-

* Rodrigo refere-se a uma dinâmica em que as pessoas escreviam anonimamente uma situação problemática em suas vidas que depois era discutida pelo grupo todo.

cio com muitos conflitos, também se surpreende com o que foi exposto e dá continuidade ao relato de Angela.

Mariana: Eu queria acrescentar ao que ela falou. A gente conversou com a mesma pessoa e me chamou a atenção, e a gente chegou à conclusão, que ele tem a situação ideal. Eu perguntava: mas não tem problema? Não, é tudo ótimo, tudo perfeito! Isso me chamou a atenção. Eu acho que é muito difícil numa separação você conseguir, conseguir tudo, né? De achar boa e o que ele falou, a gente achou que ele vive a situação ideal. Não tem problema, todo mundo tá feliz. Me chamou a atenção porque eu acho um pouquinho difícil, mas... Existe!

Neste momento, no segundo encontro do grupo, abre-se uma oportunidade para se explorar um olhar apreciativo (Cooperrider & Whitney, 2005). Aqui vale notar a opção por uma “linguagem apreciativa” (Cooperrider & Whitney, 2005; Souza, McNamee e Santos, 2010) em contraposição a uma “linguagem do déficit” (Gergen, 2010). No segundo encontro, esse movimento de prestar atenção ao positivo e com isso relativizar sua própria condição aparece espontaneamente. E, essa percepção de que há realidades diferentes e “melhores” traz “luz no fim do túnel” e demonstra para alguns que existem situações em que as pessoas conseguem lidar melhor com os problemas e dilemas da separação. Ainda no segundo encontro, Rodrigo fala de um olhar para o positivo como um exercício que propõe para si mesmo e para o grupo:

Rodrigo: Eu quero falar. O que me chamou a atenção foi um pouco do que as pessoas disseram, mas muito do que bateu em mim. Como é... Devia ser perdas e ganhos, né? Você devia perder de um

lado e ganhar alguma coisa do outro. Pô, perdi porque não estou com meu parceiro, mas agora eu tenho minha liberdade! Perdi porque ele roncava e agora eu tenho a cama toda. (Risos) Mas, assim, o que eu vejo, o que eu senti, é que é perdas e danos e não perdas e ganhos! Fica mais nessa onda da perda. E, uma outra coisa que tem a ver com o tempo é que passa, né? Eu vejo, conversando com quem eu conversei, que as coisas de um jeito ou de outro, num curso mais rápido ou mais lento, mais doído, chega uma hora que passa. Essas perdas, né? E vai pra uma outra realidade onde essas perdas são diluídas. E aí eu tô falando bem especificamente em relação aos filhos. No início aparece uma preocupação com os filhos! E os filhos estão vivendo as coisas que isso é só um detalhe da vida deles. É isso, perdas e ganhos!

Assim, em vários momentos do grupo, incentivados por perguntas ou dinâmicas propostas pela equipe, ou espontaneamente, aparecem relatos dos “ganhos” que vieram com a separação. Alguns foram percebidos na área da parentalidade, como diz Marcos no terceiro encontro:

Marcos: Até me separar eu nunca tinha ido no McDonalds com a minha filha. Porque ela (a ex-esposa) não deixava. Eu estou conseguindo ser pai, agora.

Ou:

Selma: Eu acho legal a reconstrução do ciclo de amigos.

Silvia: É isso que eu estou fazendo, pensando em mim.

Selma: A gente tava falando da reconstrução dos laços de amizade. Pessoas que voltam após a separação. Isso é positivo.

Aqui aparece a ideia de que, na separação, a rede relacional ou social da pessoa é embaralhada e é um ganho reconstruí-la em outras bases após o divórcio. O casamento, aparentemente, também é vivido como um impedimento para a manutenção de amizades, que só com a separação ficariam mais acessíveis. São sentidos que aparecem no grupo: a ideia do casamento como algo que prende e a separação como algo que liberta. O positivo (a separação que liberta), em contraposição ao que hoje é percebido como negativo (um casamento malsucedido onde se está preso). Agregadas a essa ideia surgem conversas sobre o valor positivo do retorno ou recuperação de uma “individualidade” que havia se perdido no casamento. Articulada a esse tema, os participantes do grupo também discutiram que uma coisa que fariam diferente seria “não ceder tanto” ao ex-parceiro. A vivência era de que, tanto no casamento como na separação, se cede muito mais do que seria adequado e que, retrospectivamente, se percebe que poderia ter sido diferente.

Neste ponto, observamos o grupo funcionando como um espaço de negociação de sentidos. Alguns temas como a relação entre individualidade, casamento e separação, foram intensamente discutidos pelos participantes. As conversas traziam à tona sentidos comuns, socialmente falando, sobre tais temas, por exemplo, a separação como oportunidade de reaver a individualidade perdida com o casamento. Ao mesmo tempo, os participantes questionavam tais sentidos, por meio de opiniões divergentes e formas alternativas de viver e descrever a experiência da separação. Outros temas como a parentalidade, as diferenças de gênero e as relações entre ex-parceiros foram objeto de

extensas negociações de sentido, produzindo aberturas nas conversas e reflexões individuais.

Isso nos remete à concepção de que o sentido é coletivo e, mais precisamente, um “empreendimento interativo” como denomina Spink (2004b, p. 48). Por meio da interação do grupo, “os participantes constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos à sua volta” (Spink, 2004b, p. 48). Durante a conversa, os participantes do grupo se movem por vários sentidos possíveis, seguem determinadas direções, enquanto alguns mudam, outros permanecem com suas ideias iniciais. Os participantes não constroem um sentido novo, consensual ou uma síntese do tema que agrega descrições diversas ou mesmo divergentes. Esse processo se dá em diversos ritmos, às vezes de forma fragmentada, não totalmente coerente e não partilhada por todos os participantes.

CONVERSANDO SOBRE CONVERSAS

Entre os temas levantados pelos participantes no primeiro encontro estão: dificuldades de comunicação, conflitos, falar mal do pai/mãe, que sugerem questões sobre conversar. Uma temática recorrente no grupo era a possibilidade/dificuldade de conversar, especialmente com os ex-parceiros e com os filhos. No segundo encontro, esse assunto aparece em seguida ao comentário de Monica sobre a dinâmica realizada e gera uma das primeiras conversas sobre o conversar. E quando um quer conversar e outro não? Qual o preço de não conversar? O que fazer com as coisas guardadas e o que elas geram dentro das pessoas e nas relações?

Monica: Eu percebi e senti também, quando você falou (para Emilia): a fila anda muito rápido pra mim, eu sinto assim, um medo de aprofundar os relacionamentos, um medo de me expor, de dizer o que gosto, o que não gosto. Aprofundar é difícil, né? Mais fácil é a gente sair fora. Então, muitas coisas poderiam durar um pouco mais, poderiam ser melhores se a gente aprofundasse, se a gente se abrisse, mas é difícil relacionar...

Rodrigo: Mas, desculpe, na separação, é isso? Conseguir dialogar com o outro na separação?

Monica: É, durante também. Nos relacionamentos... Muitas vezes acontece de supetão (a separação), mas porque, o que chegou a isso? Foi uma falta de conversa, uma falta de falar o que você realmente quer. O que tá batendo ali e que o outro tá ali e às vezes o outro tá me irritando porque eu tenho isso em mim e não quero olhar pra mim. Então, eu acho que esse é um ponto importante.

Fernanda: Depois você tá com raiva da pessoa e não lembra nem porque, né? (Monica concorda ao mesmo tempo) Você não fala tanta coisa que... Você olha pra pessoa e tá com raiva da pessoa, mas não sabe por quê. É tanta coisa que você deixou de falar que acaba que...

João: Mas, às vezes você quer conversar e o outro não quer! É complicado!

Risos, várias falas ao mesmo tempo.

Fernanda: Mas, você tentou, pelo menos...

A criação de um espaço de conversas foi um dos objetivos do trabalho com o grupo. E, algumas vezes, a presença das pessoas se deu em busca exatamente disso. Também foi um objetivo da equipe pensar sobre

condições que ampliariam as possibilidades de ocorrerem conversas úteis para os participantes. Parte dessas condições requeria a criação de um espaço dialógico e não de um espaço de debate. Seguindo a distinção realizada por Becker, Chasin *et al* (1992), o diálogo implica em manter diferentes crenças e perspectivas e propicia um entendimento mútuo. Distingue-se de espaços em que se faz mediação ou gerenciamento de conflitos e, segundo esses autores, também difere da terapia em grupo já que esta tem como objetivo primeiro o crescimento pessoal, individual dos participantes. No espaço de conversas e diálogo o objetivo primário é prover um espaço onde a conversa possa ser sustentada, continuada, enquanto o grupo existir. Ao continuar a conversa, novos sentidos podem emergir, transformar-se, levando à construção de um entendimento diferente e de novos repertórios para todos no grupo. Segundo Shotter (2009), em tais encontros não aprendemos informações, mas novas formas de nos relacionarmos uns com os outros e com a alteridade ao nosso redor.

Rodrigo: Quando você tem que ter uma conversa... Quando tem que ter, mas a pessoa não quer... Aí não tem jeito. Aí o tempo é encurtar a conversa.

Marcio: Você pode querer melhorar a conversa e a outra pessoa não quer...

Selma: Eu acho que a franqueza não é um bom ingrediente no caso da separação.

Rodrigo: Tem ingredientes que são autossuficientes, dependem só de você e tem outros que não, dependem do outro.

Jorge: Eu não tenho mais a menor vontade de ter uma boa conversa. Só tenho conversas quando é inevitável. Mas não tenho mais saco para isso. Questão de postura, de ponto de vista. Não sei se é porque eu já enchi o saco.

Marcio: Você já tem noções de como a pessoa é, então você tem que criar uma estratégia para levar para o seu lado.

Rosana: Talvez para não ter conversas muito ruins é preciso saber que conversas ter.

Jorge: São nove anos nisso, já era... Mais tempo de separado que de casado.

Cristina: Eu acho saber ouvir, fundamental.

Francisco: Tem uma conversa que pode te despertar uma curiosidade de querer saber o que aconteceu com você numa fase... Tem um outro lado, de um flash back e poder ouvir.

Cristina: E você já passou por isso?

Francisco: não...

Rodrigo: Eu já...

Rosana: Alguém mais? As meninas?

Marcos: Vou refletir sobre as conversas inúteis...

O diálogo prossegue sobre o valor da conversa, da relação, do como trabalhar para conseguir. Conversar se bem é parte primordial da atividade humana (Davies; Harré, 1990) não pode ser considerado natural. Aqui aparece a distinção entre a conversa como atividade espontânea, característica da visão dialógica do ser humano e a visão da conversa ou diálogo como

ferramenta. Similar ao que apontam Stewart e Zediker (2000) sobre a diferença entre o diálogo descritivo e prescritivo. Na conversa do grupo, a “boa conversa” vai claramente sendo vista como algo a ser trabalhado, às vezes difícil de conseguir e que depende do contexto e da relação entre aqueles que estão conversando. Por outro lado, todos são co-autores das conversas que têm com outros. Há diversas formas de convidar e aceitar convites para conversas. Há escolhas nas conversas e elas não acontecem simplesmente, mas são produzidas pelos participantes. Desta forma, a palavra conversa vai sendo desconstruída ou desfamiliarizada (Spink, 2004a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONVITE PARA DIÁLOGOS

Na pesquisa que realizamos, observamos que temas como famílias, casais, e separações, por meio da conversa, podem adquirir sentidos múltiplos e originais. Concluímos que os espaços de conversa sobre divórcio podem gerar mais recursos para as pessoas que vivem essa situação, produzindo transformações significativas em suas vidas. Os diálogos em grupo podem promover uma articulação entre o micro e o macrossocial, contribuindo para a produção de sentidos seja no cotidiano, seja nas linguagens profissionais ou científicas. Segundo Guanaes (2006, p.273), “a perspectiva construcionista social nos convida a perceber o quanto nossas conversas são influenciadas e dependentes de outros”, presentes no momento da conversação, ou em vozes e discursos sociais que fazem parte de nossa história de participação em outros contextos de conversa. As práticas grupais podem ser uma forma de visibilizar

esses aspectos, colocando em foco as relações e o processo conversacional.

O trabalho proposto na pesquisa, como explicado inicialmente, pretendia investigar, entre outras coisas, se a diferença, especialmente aquela relacionada com o posicionamento (Davies; Harré, 1990; Harré; Van Langenhoven, 1999) dos participantes como mães, pais e filhos, poderia ser uma ferramenta útil na desconstrução e produção de novos sentidos. Ou seja, pretendia ir além da potência das identificações e semelhanças, que geram acolhimento e um sentido de estar acompanhado (Rapizo *et al.*, 2009). As situações de divórcio, o gênero, assim como as histórias pessoais de cada um disponibilizam uma série de posições que são constituintes das identidades, no seu sentido dinâmico e instável. Dessa forma, podemos entender o eu como uma produção discursiva (Davies; Harré, 1990). Logo percebemos a complexidade de se pensar em posicionamentos. Em uma conversa, cada participante ocupa vários posicionamentos entrelaçados, sendo que ora sobressaem uns, ora outros. Além disso, posições em um diálogo são negociadas, propostas, aceitas e recusadas ou mesmo resistidas. Assim, distinguir posições de uma pessoa ou outra é sempre uma redução da complexidade da situação. As pessoas em uma conversa, interagindo com outras, assumem diversas posições entre aquelas disponíveis no contexto.

Em vários momentos do grupo, os participantes afirmaram que poder ouvir enunciados de posições distintas gerava movimento. Esse movimento não significava, necessariamente, que a pessoa teve novas ideias, ou atribuiu novos significados às situações ou palavras. Recordando Shotter (2008), observamos que as conversas “moviam” as pessoas, trazendo novos âmbitos de ação,

novas possibilidades que elas arriscavam. Pudemos acompanhar, também, a curiosidade de pais e filhos sobre como pensam os outros. “Como pensam os homens?”, queriam saber as mulheres “Como pensam os pais e mães?”, queriam saber os filhos. “Como vivem a separação?”, queriam saber os pais e mães sobre os filhos. Aí, a curiosidade era movida pelo diferente, pelo que não conhecendo, apenas podiam imaginar. E, ao ouvir uns aos outros podiam, de novo, imaginar, que seu pai ou mãe ou filho trilhasse caminhos semelhantes. É possível, assim, humanizar esse outro, que nas situações de divórcio transforma-se de íntimo e amado em desconhecido e ameaçador. Na condução do grupo, nos convites para as dinâmicas, propúnhamos formas de conversa em que essa curiosidade era aproveitada. A valorização de estar em um grupo, com pessoas que haviam vivido experiências diferentes sobre situações semelhantes, era o ponto de partida para a criação de um contexto onde se podia conviver com vários sentidos e discursos.

De forma diferente, quando pessoas vivendo os conflitos de uma separação participam de audiências ou de oficinas que visam esclarecer seus direitos, geralmente estão munidas de suas convicções, e buscam reafirmar e assegurar direitos. Como exposto na publicação do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM, 2013), o principal objetivo das oficinas e das cartilhas usadas nos tribunais é transmitir aos pais técnicas apropriadas de comunicação na família, ensinamentos a respeito das consequências que os conflitos proporcionam aos filhos, além de informações legais sobre alienação parental, convivência entre pais e filhos, visitas e alimentos. Quanto aos filhos, a Oficina visa esclarecer as consequências do rompimento do relacionamento dos pais e os direitos

infanto-juvenis, como o direito de não ser interrogado pelo pai ou pela mãe ao término de cada visita; o direito de não ser usado como mensageiro entre os pais; o de não se sentir culpado por continuar a gostar da mãe ou do pai que saiu de casa; o de não tomar partido entre os pais; o de não presenciar as discussões dos pais, entre outros.

A forma como os contextos estão desenhados e institucionalizados geram expectativas de comportamento para si e para os outros. Nas oficinas e cartilhas, a expectativa primária está relacionada ao aprendizado e à informação. No contexto do nosso espaço de conversas, a proposta foi outra: estabelecer uma conversação com desconhecidos, com os quais não havia relações prévias, mas curiosidade. Informações, esclarecimentos e técnicas poderiam ser trazidos em meio a conversas pelos próprios participantes e não como parte do trabalho dos facilitadores. A tentativa foi a de construir um contexto propício para um diálogo. De acordo com a definição de Sampson (1993, p. 14), um diálogo genuíno “requer que existam duas presenças separadas, cada uma trazendo seu próprio ponto de vista”, expressando sua própria e particular singularidade. “Celebrar o outro”, portanto, é um convite a este tipo de diálogo. A identificação não tem necessariamente a ver com a experiência semelhante ou com uma pretensa homogeneidade entre as pessoas, relaciona-se com um sentimento de fazer parte, de não estar sozinho.

Os participantes do grupo relataram benefícios tanto pelas diferenças de posicionamento quanto por encontrarem pessoas em posições equivalentes ou semelhantes. A identificação se dava não só por ser pai ou mãe ou filho, mas também por ter problemas com os filhos, ter uma relação conflituosa com o ex-parceiro, sentir-se ali-

jado do contato com os filhos. Assim, foi em um jogo entre identificações e curiosidade pelo outro/diferente que se deu o trabalho do grupo. E, apesar de as ferramentas usadas para estimular determinados tipos de conversa terem seu papel, até determinantes em algumas oportunidades, esse jogo pode se dar espontaneamente pelo simples fato de que as pessoas estabeleceram um diálogo. Explorar a multiplicidade de possibilidades nas experiências de cada um levou a caminhos muito diferentes no grupo.

Outro foco proposto para observação era se as conversas do grupo influenciavam conversas fora do grupo e como isso se dava. Este foco remete à ideia do grupo como recurso discursivo (Guanaes, 2006; Rasera; Japur, 2007), assim como à noção do grupo como um espaço de conversas que contribuiria, no caso específico desta pesquisa, para a redução de conflitos. Neste sentido, o grupo enquadra-se em um contexto dialógico e não em um contexto para o debate de ideias. Segundo Becker, Chasin *et al.* (1992), no debate, as pessoas ouvem para refutar umas às outras, sendo as perguntas desafios retóricos ou afirmações disfarçadas, enquanto no diálogo, a atmosfera é de segurança e as pessoas falam desde sua singularidade, umas com as outras. Desta forma, os participantes expressaram incertezas, tanto como crenças profundamente arraigadas.

Como também já relatado em outras investigações (Guanaes, 2006; Rasera; Japur, 2007), os sentidos vão sendo construídos e transformados ao longo das conversas grupais. Poderíamos dizer que conversar, em geral, é uma oportunidade constante e, mesmo inevitável, para a produção de sentidos (Spink, 2004b). No grupo acontece a criação de um vocabulário compartilhado em que as palavras assumem um

significado próprio àquele contexto, é a linguagem em uso (Wittgenstein, 1979). São momentos compartilhados de entendimento em que o que conta não é o entendimento objetivo do outro ou do significado da palavra, mas a criação de um “território comum de entendimento” (Shotter, 2009). O objetivo da conversa não é compreender o significado último da palavra para cada um, mas continuar conversando. Isso remete ao lugar das facilitadoras no grupo. Para elas, não importa qual o significado “verdadeiro”, qual prevalece, ou se todos chegam ou não a um sentido comum da palavra. Importa que possam manter o espaço aberto para a multiplicidade. As transformações discursivas, possíveis em um espaço de conversas mostraram-se potencialmente úteis para reduzir antagonismos, que se perpetuam em conflitos crônicos nas situações de divórcio.

REFERÊNCIAS

- Almeida, T.** (1997). Divórcio e mediação transformativa. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 6, pp. 39-45.
- Andersen, T.** (1996). *Processos reflexivos* (1a. ed.). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Andersen, T.** (2004). A linguagem não é inocente. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 13(23), pp. 19-26.
- Anderson, H.** (2007). *Conversação, linguagem e possibilidades: um enfoque pós-moderno da terapia*. São Paulo: Roca.
- Anderson, H. & Goolishian, H.** (1988). Human systems as linguistic system: preliminary and evolving ideas about the implications for clinical theory. *Family Process*, 27, pp. 371-393.
- Bakhtin, M.** (1986). *Speech genres and other essays*. Austin: University of Texas Press.
- Barros, R. B.** (2007). *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina/UFRGS.
- Becker, C., Chasin, L., Chasin, R., Herzig, M. & Roth, S.** (1992). From Debate to Dialogue: A Facilitating Role for Family Therapists in the Public Forum. *Dulwich Centre Newsletter*, 2, pp. 41-48.
- Bion, W.** (1970). *Experiências com grupos*. Rio de Janeiro: Imago.
- Brandão, E.** (2004). A interlocução com o direito à luz das práticas psicológicas em Varas de Família. In: H. SIGNORINI, & E. BRANDÃO, *Psicologia Jurídica no Brasil* (pp. 51-97). Rio de Janeiro: Nau.
- Brasil.** (26 de agosto de 2010). Lei nº 12.318 sobre Alienação Parental.
- Cooperrider, D. & Whitney, D.** (2005). *Appreciative Inquiry: a positive revolution in change*. San Francisco: Berrett-Koehler.
- Davies, B. & Harré, R.** (1990). Positioning: the discursive production of selves. (1), *Journal of theory of social behavior*, 20(1), pp. 43-63.
- Fernandez, A. M.** (1989). *El campo grupal: notas para una genealogia*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Fuks, S.** (inédito). Artesanía de Contextos: Desde contextos de supervivencia a contextos de libertad, la construcción de posibilidades para la colaboración terapéutica. Rosario: inédito.
- Gergen, K.** (abril de 2010). Saúde mental e deterioração cultural. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 36, pp. 9-27.
- Gergen, K. & Gergen, M.** (2010). *Construccionismo Social: um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Gergen, K. & McNamee, S.** (1998). *Terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Guanaes, C.** (2006). *A construção da mudança em terapia de grupo*. São Paulo: Vetor Editora.

- Guanaes, C. & Japur, M.** (2008). Construições da poética social à pesquisa em psicoterapia de grupo. *Estudos de Psicologia*, 13(2), pp. 117-124.
- Harré, R. & Van Langenhoven, L.** (1999). *Positioning theory: moral contexts of intentional actions*. Oxford: Blackwell.
- IBDFAM. (2013).** *Informativo IBDFAM* (Vol. 29). <http://www.ibdfam.org.br/noticias/4949/novosite#.UqSr-qPSIAus>: acessado em 08 de dezembro de 2013.
- IBGE.** (2008). Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos e Pesquisas*, 23.
- IBGE.** (2010a). *Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. IBGE. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas informação demográfica e socioeconômica.
- IBGE.** (2010b). *Estatísticas do Registro Civil*. IBGE, Brasília.
- Japur, M.** (2004). Alteridade e grupo: uma perspectiva construcionista social. In: L. M. SIMÃO, & A. M. MARTINEZ, *O outro no desenvolvimento humano* (pp. 145-170). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Kelly, J. B. & Emery, R. E.** (2003). Children's Adjustment Following Divorce: Risk and Resilience Perspectives. *Family Relations*, 52, pp. 352-362.
- Lamela, D., Castro, M. & Figueiredo, B.** (2010). Pais por inteiro: avaliação preliminar da eficácia de uma intervenção em grupo para pais divorciados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), pp. 334-344.
- Lewin, K.** (1965). *Teoria de campo em ciências sociais*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências.
- Lipovetsky, G.** (2006). *A Felicidade Paradoxal*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Mcnamee, S. & Shotter, J.** (2004). Dialogue, creativity and change. In: R. Anderson, L. A. Baxter, & K. N. Cissna, *Dialogue: Theorizing Difference in Communication Studies* (pp. 91-104). London: Sage.
- Osorio, L. C.** (2000). *Grupos: teorias e práticas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Rapizo, R., Costamilan, M. B., Moritz, N. & Hinds, S.** (2001). Continuando a experiência: os grupos de mulheres e adolescentes que viveram o divórcio. *Nova perspectiva Sistêmica*, 19, pp. 36-42.
- Rapizo, R., Costamilan, M. B., Moritz, N., Hinds, S. & Soto, L.** (2009). Trocando em miúdos. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 34, pp. 12-16.
- Rapizo, R., Falcão, C., Costamilan, M. B., Moritz, N. & Scodro, M.** (1998). A construção da parentalidade pós-divórcio. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 12, pp. 32-38.
- Rasera, E. & Japur, M.** (2007). *Grupo como construção social: aproximações entre construcionismo social e terapia de grupo*. São Paulo: Vetor Editora.
- Rasera, E. & Rocha, R. M.** (jan/mar de 2010). Sentidos sobre a prática grupal no contexto da saúde pública. *Psicologia em Estudo*, 15(1), pp. 35-44.
- Rasera, E., Guanaes, C. & Japur, M.** (2004). Psicologia, ciência e construcionismos: dando sentido ao Self. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(2), pp. 157-165.
- Saidon, o.** (1983). *Práticas grupais*. Rio de Janeiro: Campus.
- Sampson, E.** (1993). *Celebrating the other: a dialogic account of human nature*. San Francisco: Westview Press.
- Shotter, J.** (1993). *Conversational realities: constructing life through language*. London: Sage.

- Shotter, J.** (January de 2005). 'Inside the Moment of Managing': Wittgenstein and the Everyday Dynamics of Our Expressive-Responsive Activities. *Organizational Studies*, 26(1), pp. 113-135.
- Shotter, J.** (2008). *Conversational realities revisited: life, language, body and world*. Changrin Falls, Ohio: Taos Institute.
- Shotter, J.** (2009). Moments of common reference in dialogic communication: a basis for unconfused collaboration in unique contexts. *Journal of Collaborative Practices*, 1(1), pp. 31-39.
- Shotter, J.** (2012). *Construccionando III: percursos e horizontes*. São Paulo: anotações pessoais.
- Shotter, J. & Katz, A. M.** (1996). Articulating a practice from within the practice itself: establishing formative dialogues by the use of a 'social poetics'. *Concepts and Transformations*, 1 (2/3), pp. 213-237.
- Souza, L. V., Mcnamee, S. & Santos, M. a.** (2010). Avaliação como construção social: investigação apreciativa. *Psicologia e Sociedade*, 22(3), pp. 598-607.
- Souza, R. M.** (2000). Depois que mamãe e papai se separaram: um relato dos filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16 (3), pp. 203-211.
- Souza, R. M. & Ramires, V. R.** (2006). *Amor, Casamento, Família, Divórcio... E depois, segundo as crianças*. São Paulo: Summus Editorial.
- Spink, M. J.** (2004a). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano* (3a. ed.). São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J.** (2004b). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Stewart, J. & Zediker, K.** (winter/spring de 2000). Dialogue as tensional, ethical practice. *Southern Communication Journal*, 65, 224-242.
- Vainer, R.** (1999). *Anatomia de um divórcio interminável: o litígio como forma de vínculo*. Casa do Psicólogo.
- White, M. & Epston, D.** (1990). *Narrative means to therapeutic ends*. New York: WW Norton.
- Wittgenstein, L.** (1979). *Investigações Filosóficas*. (Coleção os Pensadores) (2a. ed.). São Paulo: Abril Cultural.